



RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI

Rua Professor Cici Gaigher, 15 - Sol Nascente - Guarapari/ES - CEP: 29210-442

RELATÓRIO DE GESTÃO – RELGES - 2024

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Eduardo José Ribeiro

Ricardo César Ribeiro

Edson Figueiredo Magalhães - Prefeitura Municipal de Guarapari

.....

CONSELHO FISCAL

Sônia Merigete

Elenir Aparecida Pereira Moreira

Erika Soares Santos Donas

Bruna Nogueira da Silva

.....

DIRETORIA

Gabriel de Araújo Costa – Diretor-presidente (25/01/2022 a 31/12/2024)

Bruna Nogueira da Silva - Diretora Vice-presidente (11/10/2024 a 31/12/2024)

Bruna Nogueira da Silva - Diretora Administrativa (04/02/2022 a 07/07/2024)

Violeta do Prado Freitas - Diretora Financeira (22/06/2022 a 31/12/2024)

Leonardo Pinheiro Souza - Diretor Operacional (04/02/2022 a 31/12/2024)

Severino de Oliveira Rezende - Diretor de Iluminação Pública (02/01/2017 a 31/12/2024)

O Conselho de Administração é o órgão que busca garantir o cumprimento do objeto precípuo para o qual a CODEG foi criada. O Conselho de Administração monitora o desempenho, orientando a tomada de decisões da instituição.

Em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria exerce a administração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

O Conselho Fiscal exerce seu papel de fiscalizador das contas da instituição, bem como dos atos de seus administradores. Seu relacionamento com os demais órgãos colegiados é pautado nas boas práticas de Governança Corporativa.

.....

De acordo com o art. 4º da Instrução Normativa 68 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, VIII, o Relatório de Gestão (RELGES) é o relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas.

O Relatório de Gestão tem o objetivo de estreitar o relacionamento com toda a sociedade, por meio da prestação de contas de suas atividades e resultados, materializando o compromisso com a transparência e a prestação de contas.

Este relatório, relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, aborda o desempenho operacional da CODEG – Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari, com destaque para as principais iniciativas realizadas durante o exercício.

SUMÁRIO

1.	DA ATIVIDADE SOCIAL	6
2.	DA ADMINISTRAÇÃO	7
3.	CONSELHO FISCAL	8
4.	DA ASSEMBLEIA GERAL	8
5.	DA CONVOCAÇÃO – COMPETÊNCIA	9
6.	DOS RECURSOS HUMANOS	10
7.	FOLHA DE PAGAMENTO E GASTOS POR CENTRO DE CUSTEIO	13
1.1	13º SALÁRIO	14
1.2	FÉRIAS	15
1.3	HORA EXTRA	15
1.4	RESCISÃO	15
1.5	CONSIGNADOS	16
8.	DO CONCURSO PÚBLICO	16
9.	DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	18
9.1.	DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO SESMT NA CODEG	18
9.2.	EIXOS DE ATUAÇÃO DO SESMT	19
9.3.	INFORMAÇÕES E RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO SESMT	20
9.3.1	Acidentes e Comunicação de Acidente do Trabalho (CATs) Emitidos	20
9.3.2	Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	21
9.3.3	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	22
9.3.4	Acompanhamento de Demandas Judiciais	23
9.3.5	Serviço Médico Ocupacional	23
3.6	Documentação Técnica de SST	23
9.4.	METAS PARA 2025	23
9.5.	CONSIDERAÇÕES DO SESMT	25
10.	DA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS	26
11.	DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS	27
11.1	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	27
11.2	RESÍDUOS DE SAÚDE	30
11.3	COLETA E TRANSFORMAÇÃO DAS CASCAS DE COCO VERDE	32
11.4	LIMPEZA DAS VIAS URBANAS	33
12.	DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	38
13.	DO PATRIMONIO FÍSICO	39
14.	DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	40
15.	DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
16.	DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE INTERNO	47
17.	DOS PROCEDIMENTOS ÉTICOS E DISCIPLINARES	49
18.	OUTRAS ASPECTOS RELEVANTES	49
19.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	ANEXO A - ESCLARECIMENTO REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RGPS DIVERGENTE	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cargos Efetivos	10
Quadro 2: Cargos Comissionados.....	11
Quadro 3: Estagiários.....	12
Quadro 4: Autônomos	12
Quadro 5: Relação de Vagas do Concurso Nível Fundamental	16
Quadro 6: Relação de Vagas do Concurso Nível Médio	17
Quadro 7: Relação de Vagas do Concurso Nível Superior	17
Quadro 8: Coleta Porta a Porta nos Bairros	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária dos funcionários	13
Tabela 2 – Verbas Remuneratórias do exercício de 2024.....	14
Tabela 3 - Gastos da CODEG: centro de custeio	14
Tabela 4 - Gastos CODEG: 13º Salário	15
Tabela 5 - Gastos CODEG: Férias	15
Tabela 6 - Gastos CODEG: Hora Extra	15
Tabela 6: Gastos CODEG: Rescisão	16
Tabela 7: Gastos CODEG: Consignados	16
Tabela 8: Quantidade de Classificados e convocados	17
Tabela 9: Índice FAP x RAT – Série Histórica	22
Tabela 10: Aquisição - Quantidades x Modalidades	26
Tabela 11: Contratos de Prestação de Serviços - Quantidades x Modalidades	27
Tabela 12: Aquisições de bens físicos - Quantidades x Modalidades	27
Tabela 13: Distribuição de Bens Móveis e Saldos em Estoque	39
Tabela 14: de Bens em Almoxarifado	40
Tabela 15: Execução da Despesa Orçamentária	42
Tabela 16: Negociação 8825252	45
Tabela 17: Negociação 5860878 – Tributária	45
Tabela 18: Negociação 8752744	45
Tabela 19: Negociação 8811840	45
Tabela 20: Negociação 8812011	45
Tabela 21: Negociação 8812102	46
Tabela 22: Pagamentos das negociações realizadas em 2024	46
Tabela 23: Provisão dos Parcelamentos PGFN	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Eixos de atuação do SESMT	20
Figura 2: CAT's Emitidas em 2024	21
Figura 3: Gráfico FAP x RAT Ajustado 2024	22
Figura 4: Coleta domiciliar por compactador em Guarapari	28
Figuras 5 e 6 - Coleta domiciliar por compactador em Guarapari	29
Figura 7: Coleta domiciliar por compactador em Guarapari	29
Figuras 8 e 9: Transbordo resíduos sólidos domiciliares	30
Figuras 10 e 11: Aterro sanitário	30
Figuras 12 e 13: Coleta de resíduos de saúde em Guarapari	31
Figuras 14 e 15: Destinação final por incineração dos resíduos de saúde	32
Figura 16: coleta de cascas de coco na praia do morro	32
Figuras 17 e 18: secagem das cascas de coco e moagem em fibra	33
Figura 19: Varrição de via pública	35
Figura 20: Mutirão de Capina	36
Figuras 21 e 22: Manutenção de Praças e jardins	36
Figura 23 e 24: Patrulha de máquinas	36
Figura 25 e 26: Limpeza de praia	37
Figuras 28 e 29: Pintura de meio-fio	37
Figuras 30, 31 e 32: Manutenção da Iluminação Pública	38
Figuras 33, 34, 35, 36: Manutenção e instalação de Luminárias em Buenos Aires	39

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Aos Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CODEG apresenta-lhes, a seguir, o Relatório de Gestão 2024.

1. DA ATIVIDADE SOCIAL

Sob a denominação de Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari - CODEG, criada mediante prévia autorização legislativa consubstanciada na Lei Municipal nº 906, de 28 de dezembro de 1979, é constituída no modal de sociedade de economia mista, sob controle acionário da Prefeitura Municipal de Guarapari de capital autorizado, regendo-se por Estatuto Social, pela Lei nº 13.303/2016 e suas subsidiárias, como a Lei nº 6.404/76.

Esta sociedade de economia mista é constituída sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto nesta Lei, estará sujeita ao regime previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (LEI Nº 13.303/16, art. 5º)

Sua Sede está situada no endereço na Rua Prof. Cici Gaigher, nº 15, Bairro Sol Nascente, Guarapari/ES, CEP 29210-442, telefone (27) 3361-6512. A Sociedade tem os seguintes objetivos sociais:

- Promover urbanização de áreas pertencentes ao Poder Público Municipal;
- Prestar serviços de coleta de entulhos, limpezas em terrenos, jardins, poda de árvores, transporte de água e outros;
- Contratar com particulares projetos e execução de obras de urbanização;
- Promover estudos de viabilidade de programas para solução de problemas sociais da população carente, indicar áreas para desapropriação pelo Poder Público Municipal e desenvolver a implantação de infraestrutura comunitária;

- Desenvolver projetos e executar as obras constantes da política de planejamento e equipamentos urbanos da Administração Pública Municipal, bem como atender os programas extraordinários de urbanização e outras obras públicas e privadas;
- Projetar, construir e explorar terminais de embarque e desembarque de passageiros;
- Projetar, desenvolver e construir sistemas de habitação popular;
- Desenvolver, gerenciar, executar projetos e obras de urbanização;
- Projetar, desenvolver, executar e/ou coordenar os serviços de limpeza urbana e coleta de lixo;
- Prestar assessoria técnica, operacionalizar, executar serviços de obras, limpeza e serviços gerais, aos órgãos da Administração Pública Municipal, tais como: Aeroporto, Mercado de Artesanato, Mercado de Peixe, Feira Livre e Rodoviária;
- Projetar, gerenciar e coordenar as atividades relacionadas à Iluminação Pública;
- Projetar, desenvolver, implantar sob sua administração e gerenciar a Municipalização de Trânsito da cidade de Guarapari.

2. DA ADMINISTRAÇÃO

São órgãos da Administração da Sociedade: Conselho de Administração e Diretoria, a quem cabe a representação da sociedade.

O Conselho de Administração, atualmente, é composta por 03 (três) membros. Sendo o acionista controlador a Prefeitura Municipal de Guarapari.

A Diretoria foi composta ao final de 2024 por 06 (seis) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro, um Diretor de Iluminação Pública e um Diretor Operacional.

3. CONSELHO FISCAL

A Sociedade manterá, também, um Conselho Fiscal composto por 04 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) membros suplentes.

4. DA ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão deliberativo de mais alto grau na sociedade anônima, cabendo a ela deliberar sobre todos os assuntos da Companhia.

As assembleias são de duas espécies: ordinárias e extraordinárias, representadas pelas siglas AGO e AGE.

A assembleia geral ordinária realiza-se uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, e somente pode deliberar os assuntos listados no art. nº 132 da LSA.

Art. 132. Anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembleia-geral para:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;

IV - aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167).

A AGE é a Assembleia que, à exceção das matérias pertinentes à AGO, pode ser convocada para discutir e deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse Social. Diferente da AGO, não tem prazo estipulado para sua realização, nem objeto determinado. Realiza-se a qualquer tempo, e sua competência é irrestrita.

5. DA CONVOCAÇÃO – COMPETÊNCIA

Originada dos órgãos da companhia:

a) Através do conselho de administração ou da diretoria (na hipótese de companhia fechada, sem conselho de administração) em decorrência do poder que lhes é atribuído pelo *caput* do art.123.

b) Conselho fiscal: sempre que os órgãos da sociedade retardarem por mais de um mês a AGO e a AGE, caso ocorram motivos graves ou urgentes.

c) Art. 123 – Por acionistas minoritários a Assembleia também pode ser convocada:

- Por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de sessenta dias, a convocação nos casos previstos em lei ou nos estatutos.

A convocação para a assembleia geral deverá ser feita mediante anúncio publicado no diário oficial em jornal de grande circulação no local da sede da sociedade, por, pelo menos, três vezes, devendo conter, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia.

6. DOS RECURSOS HUMANOS

Com um quadro de pessoal qualificado, a CODEG encerrou o ano de 2024 com um total de 396 (trezentos e noventa e seis) empregados (ativos + afastados) e 02 (dois) estagiários.

Pertencendo:

- Gari Limpeza Urbana: 303
- Chefe Setorial de Varrição e Capina: 11
- Gari Jardineiro: 21
- Condutor de Micro Trator: 07
- Outros: 56
- 02 Estagiários de Nível médio e 00 Estagiário de nível superior

Quadro 1: Cargos Efetivos

	CARGOS	QUANT
REGIME CLT	Advogado	01
	Aux. Serv. Gerais	03
	Aux. Administrativo	01
	Balanceiro	05
	Carpinteiro	02
	Contador	01
	Condutor Micro Trator	07
	Eletricista De Rede	01
	Eletricista De Manutenção	01
	Gari - Varrição	303
	Gari- Jardineiro	21
	Motorista De Caminhão 15t	01
	Motorista Executivo	02
	Operad. Máquina Pesada	03
	Técnico Seg. Trabalho	01
	Técnico Seg. Trabalho Especialista	01
	Vigia	06
TOTAL		360

Fonte: Folha de pagamento mês de dezembro de 2024 e Tabela RAR25401 SmarRH

Das informações acima evidencia-se que 324 dos servidores efetivos estão alocados diretamente na principal atividade de limpeza urbana, na função de gari, sendo 303 na varrição de ruas e 21 nos serviços de jardinagem.

Já os servidores Comissionados por livre nomeação compõem o quadro administrativo da companhia, visando cumprir as demandas administrativas e legais.

Quadro 2: Cargos Comissionados

	CARGOS	QUANT
COMISSÃO	Analista Procedimentos Licitatórios	01
	Chefe Setorial De Varrição E Capina	11
	Chefe De Expediente	01
	Consultor Jurídico	00
	Coordenador Contábil	01
	Coordenador De Compras	01
	Coordenador Financeiro	01
	Coordenador Serviço Operacional	02
	Coordenador De Controle De Ip	01
	Diretor Administrativo	00
	Diretor De Iluminação Pública	01
	Diretor Financeiro	01
	Diretor Operacional	01
	Diretor Presidente	01
	Diretor Vice-presidente	01
	Gerente De Atos Administrativos	01
	Gerente De Contratos De IP	01
	Gerente De Controle e Medições De IP	00
	Gerente De Pesagem De Lixo	00
	Gerente De Poda	00
	Gerente De Recursos Humanos	01
	Inspetor De Iluminação Pública	02
	Inspetor De Paisagismo	01
	Subcoordenador Operacional De	00
	Subgerente De Serviços Operacionais	00
	Supervisor Administrativo	01
	Supervisor Contábil	01
	Supervisor Controle Interno	01
	Supervisor De Almofarixado	01
	Supervisor De Folha De Pagamento	01

	Supervisor De Limpeza Publica	00
	Supervisor De Praças e Jardins	00
	Supervisor De Procedimentos	01
	Supervisor De Recursos Humanos	01
	Supervisor Medições De IP	01
	Supervisor Técnico De IP	01
TOTAL		36

Fonte: Folha de pagamento mês de dezembro de 2024 e Tabela RAR25401 SmarRH

A distribuição dos cargos é quase uniforme haja vista que dos 36 cargos, 24 foram ocupados por apenas um servidor, 02 cargos possuem 02 vagas ocupadas cada um e 1 cargo possui 11 vagas ocupadas. Sendo este último o cargo de Chefe Setorial de Varrição e Capina, onde os servidores alocados lidam diretamente com a gestão das equipes operacionais de varrição.

Em 2024 a CODEG contou com duas vagas 02 de estágio de nível médio para auxiliarem nos serviços administrativos, conforme observa-se no quadro 3.

Quadro 3: Estagiários

	CARGOS	QUANT
ESTÁGIO	Estagiário de nível médio	02
Total	Vagas ocupadas ao fim de 2024	02

Fonte: Folha de pagamento mês de dezembro de 2024 e Tabela RAR25401 SmarRH

A companhia conta ainda na sua folha de pagamento ao final de 2024, com 5 membros conselheiros, conforme quadro 4.

Quadro 4: Autônomos

	CARGOS	QUANT
AUTÔNOMO (Conselhos)	Conselho fiscal e de administração	07
TOTAL	Vagas ocupadas ao fim de 2024	07

Fonte: Folha de pagamento mês de dezembro de 2024 e Tabela RAR25401 SmarRH

Evidencia-se que 4 membros fazem parte do Conselho Fiscal e 03 e membros fazem parte do Conselho de Administração.

A distribuição etária dos funcionários apresenta maior número de servidores de 36 a 55 anos.

Tabela 1: Faixa etária dos funcionários 2024

Grupo	Quantidade	%
Até 35	78	19,55
36 - 45	145	36,39
46 - 55	98	24,26
56 - 65	55	13,86
66 - 75	24	5,94
Acima de 75	00	00,00
TOTAL	400	100

Fonte: Smar, 2024

Do total de funcionários, 50,47 % são do sexo feminino e os 49,26 % do sexo masculino. Destaca-se a participação feminina nas decisões, haja vista que, excluindo a presidência, há 4 anos a companhia mantém no seu corpo diretor 50 % de homens e 50 % de mulheres.

Destaque na planilha 1, que evidencia que a maioria dos servidores da companhia possuem até 55 anos, acumulando 80,20% dos servidores alocados.

Dos dados sobre a Gestão da Companhia, é importante destacar aqueles que ilustram os gastos com os servidores identificados neste capítulo. Gastos estes que corroboraram para os resultados operacionais alcançados e ilustrados nos capítulos 12 e 13. Nesse sentido, a seguir evidencia-se os gastos com os servidores.

7. FOLHA DE PAGAMENTO E GASTOS POR CENTRO DE CUSTEIO

De acordo com o Relatório de Resumo Anual de 2024, foi gasto no exercício com remuneração (folha de pagamento, 13º, férias, horas extras e abono) e verbas indenizatórias (rescisão) o Valor Bruto de R\$ 21.752.986,41 (vinte e um milhões setecentos e cinquenta e dois mil novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos). A CODEG gastou com verbas remuneratórias os seguintes valores:

Tabela 2: Verbas Remuneratórias do exercício de 2024

VERBA	VALORES
Salários	R\$ 14.706.400,45
13º Salário	R\$ 2.126.031,02
Férias	R\$ 2.279.128,92
Hora Extra	R\$ 2.265.129,69
Rescisão	R\$ 376.296,33
Total	R\$ 21.752.986,41

Fonte: Resumo da Folha de Pagamento Anual - 2024

Remuneração é o conjunto de vantagens habitualmente atribuídas aos empregados, em contrapartida aos serviços prestados ao empregador. O Salário diz respeito apenas ao pagamento em dinheiro, no enquadramento do quantum estabelecido para o desempenho da função ou cargo, e a Remuneração engloba também as utilidades, como alimentação, gratificações, adicional noturno, horas extras e outras prestações, como por exemplo a insalubridade. Portanto, salário é o valor pago como contraprestação dos serviços prestados pelo empregado, enquanto remuneração engloba esse e mais outras vantagens a título de gratificação ou adicionais.

A folha de pagamento do salário/remuneração da CODEG é dividida em 04 (quatro) custeios, sendo eles:

- Iluminação Pública;
- Administrativo;
- Serviços Gerais e
- Varrição.

Tabela 3 - Gastos da CODEG: centro de custeio de 2024

	IP	ADM	SERV. GERAIS	VARRIÇÃO	TOTAL
ANUAL	R\$ 238.628,89	R\$ 1.396.870,35	R\$ 1.570.690,56	R\$ 11.500.210,65	R\$ 14.706.400,45

Fonte: Folha de pagamento Sistema Smar

1.1 13º SALÁRIO

O décimo terceiro salário, gratificação ou subsídio de Natal é uma gratificação instituída em alguns países a ser paga ao empregado ou funcionário. O seu valor, embora variável, é geralmente aproximado ao de um salário mensal, inerente ao cargo ou função do funcionário, podendo ser paga em uma ou mais prestações, de acordo com a legislação laboral de cada país.

Tabela 4 - Gastos CODEG: 13º Salário de 2024

	IP	ADM	SERV. GERAIS	VARRIÇÃO	TOTAL
ANUAL	R\$ 26.009,42	R\$ 112.739,93	R\$ 170.148,55	R\$ 1.283.419,87	R\$ 2.126.031,02

Fonte: Folha de pagamento Sistema Smar

1.2 FÉRIAS

Férias é o período de descanso anual, que deve ser concedido ao empregado após o exercício de atividades por um ano, ou seja, por um período de 12 meses, período esse denominado “aquisitivo”.

As férias devem ser concedidas dentro dos 12 meses subsequentes à aquisição do direito, período esse chamado de “concessivo”.

Tabela 5 - Gastos CODEG: Férias de 2024

	IP	ADM	SERV. GERAIS	VARRIÇÃO	TOTAL
ANUAL	R\$ 35.457,25	R\$ 1.281.021,56	R\$ 121.753,97	R\$ 840.896,14	R\$ 1.281.021,56

Fonte: Folha de pagamento Sistema Smar

1.3 HORA EXTRA

O pagamento de horas extras são horas adicionais trabalhadas além da jornada tradicional. Garantido pela Constituição Federal de 1988, o pagamento de horas extras é um direito dos trabalhadores que prevê o pagamento de cada hora adicional trabalhada pelo valor mínimo de 50% sobre o valor da hora normal. Esse valor pode aumentar caso haja acordo entre empregados e empregadores.

Tabela 6 - Gastos CODEG: Hora Extra

	IP	ADM	SERV. GERAIS	VARRIÇÃO	TOTAL
ANUAL	R\$ 3.478,99	R\$ 18.279,48	R\$ 192.561,71	R\$ 2.050.809,51	R\$ 2.265.129,69

Fonte: Folha de pagamento Sistema Smar

1.4 RESCISÃO

Rescisão de contrato significa anulação ou cancelamento do contrato por algum motivo específico.

A rescisão solicitada pelo empregador ou pelo trabalhador, esteja sempre de acordo com as questões relativas à legislação brasileira, seguindo o que é

determinado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No exercício de 2024 não houve gastos rescisórios na companhia.

Tabela 6: Gastos CODEG: Rescisão

	IP	ADM	SERV. GERAIS	VARRIÇÃO	TOTAL
ANUAL	R\$ 40.643,34	R\$ 223.818,64	R\$ 51.728,84	R\$ 60.105,51	R\$ 376.296,33

Fonte: Folha de pagamento Sistema Smar

1.5 CONSIGNADOS

Os valores consignados descontados em folha referem-se a dívidas do funcionário com terceiros, em decorrência de vínculo contratual ou anuência entre as partes. Neste item observa-se os limites 30% sobre o salário conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tabela 7: Gastos CODEG: Consignados de 2024

	IP	ADM	SERV. GERAIS	VARRIÇÃO	TOTAL
ANUAL	R\$ 175,04	R\$ 62.477,29	R\$ 121.908,32	R\$ 1.471.702,36	R\$ 1.656.263,01

8. DO CONCURSO PUBLICO

A CODEG, no ano de 2024, realizou Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos dentro do quadro de pessoal e formação de cadastro de reserva, tendo validade de 02 (dois) anos, sendo prorrogadas por mais 02 (dois) anos e, assim, tendo sua validade até 2026.

Quadro 5: Relação de Vagas do Concurso Nível Fundamental

CÓDIGO	CARGO	VAGAS				REQUISITOS	VENCIMENTO BASE R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL
		AC	PcD	CR	TOTAL			
001	Oficial Carpinteiro	01	-	SIM	01	Ensino Fundamental Completo e Curso de Qualificação de até 200h	R\$ 1.944,69	40h
002	GARI - I LIMPEZA URBANA	28	02	SIM	30	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.805,42	40h
003	GARI - II JARDINEIRO	05	-	SIM	05	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.805,42	40h
004	Oficial Soldador Serralheiro	01	-	SIM	01	Ensino Fundamental Completo e Curso de Qualificação de até 200h	R\$ 1.944,69	40h

Fonte: Instituto Referência, 2024. CODEG, 2024

Quadro 6: Relação de Vagas do Concurso Nível Médio

CÓDIGO	CARGO	VAGAS				REQUISITOS	VENCIMENTO BASE R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL
		AC	PcD	CR	TOTAL			
100	Técnico de Segurança do Trabalho	01	-	SIM	01	Ensino Médio Completo concurso específico e Registro no MTE	R\$ 2.900,00	40h

Fonte: Instituto Referência, 2024. CODEG, 2024

Quadro 7: Relação de Vagas do Concurso Nível Superior

CÓDIGO	CARGO	VAGAS				REQUISITOS	VENCIMENTO BASE R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL
		AC	PcD	CR	TOTAL			
200	Contador	01	-	SIM	01	Curso de Nível Superior em Ciências Contábeis e Registro no Órgão de Classe CRC	R\$ 2.912,00	40h

Fonte: Instituto Referência, 2024. CODEG, 2024

Após realização do concurso e seguindo as etapas os servidores foram convocados em ordem de classificação para assumir os cargos dentro das vagas disponíveis ofertadas pelo concurso ou por abertura de vaga devido a desligamento de funcionário. Assim, o quadro abaixo apresenta os resultados em 2024 sobre a convocação e a posse.

Tabela 8: Quantidade de Classificados e convocados

CARGO	QUANTIDADE DE CLASSIFICADOS (AMPLA CONC. + PCD)	CONVOCADOS EM 2024	DESCCLASSIFICADOS/ RENUNCIARAM/ SOLICITARAM EXONERAÇÃO APÓS TOMAR POSSE NO CARGO	TOMARAM POSSE NO CARGO EFETIVAMENTE
Oficial Carpinteiro	2	2	2	0
Gari - I Limpeza Urbana	362 + 1	19	2	17
Gari - II Jardineiro	59 + 1	11	2	9
Oficial Soldador Serralheiro	2	2	2	0
Técnico De Segurança Do Trabalho	27	1	0	1
Contador	6	4	3	1

Fonte: Instituto Referência, 2024. CODEG, 2024

Todas as convocações, eliminações, desclassificações e exonerações foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo - DIO/ES, atendendo ao princípio básico da publicidade, presente no art. 37 da Constituição Federal de 1998.

Os atos do concurso estão disponíveis no site da empresa prestadora de serviços para realização do concurso, o Instituto Referência – CNPJ 11.278.409/0001-90, no link <https://institutoreferencia.org.br/concurso/19/concurso-publico-01-2024-codeg-cia-de-melhoramentos-e-des-urbano-de-guarapari-es>.

9. DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Atendendo a solicitação do setor de controle interno da CODEG, elaboramos o presente relatório de Gestão do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT do ano de 2024 e pontos prioritários sobre o SESMT e sua atuação na empresa.

9.1. DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO SESMT NA CODEG

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da CODEG é regulamentado pelo artigo 162 da CLT e pela Norma Regulamentadora NR-04, que estabelece a obrigatoriedade de sua implementação em empresas com trabalhadores regidos pela CLT, dimensionando-o conforme o grau de risco (CNAE) e o número de funcionários.

Conforme a NR-04, a CODEG mantém a composição mínima exigida de 02 Técnicos de Segurança do Trabalho, registrados no sistema do MTE sob o nº 30738033/100920.104516. Conforme a legislação, é obrigatório que o SESMT seja dimensionado com base no grau de risco da empresa, sendo, no mínimo, composto por 2 (dois) Técnicos de Segurança do Trabalho, destaca-se que um dos Técnicos de Segurança que integrava o SESMT era contratado em regime temporário, situação que foi solucionada com a efetivação, por meio de concurso público, da contratação de um técnico efetivo, em setembro de 2024.

Contudo, a realidade da CODEG demanda uma estrutura mais robusta, incluindo:

- 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho
- 1 (um) Médico do Trabalho

No entanto, a estrutura atual é insuficiente para atender às demandas operacionais, nos últimos anos, o setor enfrentou desestruturação, como:

- Retirada do controle de distribuição de EPIs/EPCs (sem registros conforme a NR-06);
- Contratação temporária de um dos técnicos, resolvida apenas em setembro/2024 com a efetivação via concurso público.

Observa-se que, nos últimos anos, o setor passou por um processo de desestruturação. Um exemplo foi a retirada do controle centralizado de distribuição dos EPIs e EPCs, que era realizado com o registro de entrega conforme determina a NR 06, prática que contribuiu para a perda de controle e rastreabilidade desses insumos essenciais.

A reestruturação é crucial para garantir a continuidade e a eficácia das ações de prevenção de acidentes e promoção da saúde ocupacional.

Legislação de Referência:

- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), art. 162;
- Norma Regulamentadora – NR 04 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho);
- Norma Regulamentadora – NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual – EPIs);
- Demais disposições normativas e orientações do Ministério do Trabalho e Emprego.

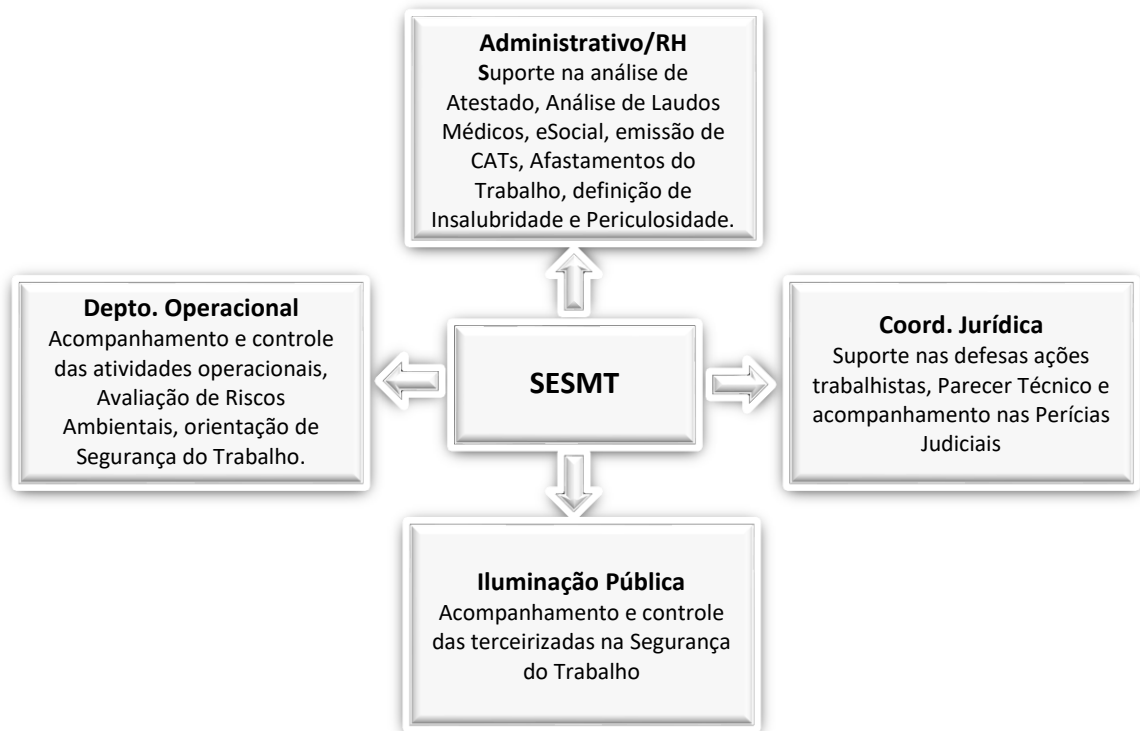
9.2. EIXOS DE ATUAÇÃO DO SESMT

Com base no documento anexo, os eixos de atuação do SESMT na CODEG estão organizados da seguinte forma:

- I. Administrativo/RH: Suporte na análise de atestados, laudos médicos, integração dos dados do eSocial, emissão de CAT's, acompanhamento de afastamentos, e definição de insalubridade e periculosidade.
- II. Iluminação Pública: Acompanhamento e controle das terceirizadas na área de Segurança do Trabalho, com foco na fiscalização e correção de falhas.
- III. Departamento Operacional: Monitoramento das atividades operacionais, avaliação de riscos ambientais, e orientação sobre medidas de segurança do trabalho no âmbito das operações.

- IV. Coordenação Jurídica: Suporte técnico em defesas, pareceres, acompanhamento de perícias judiciais e suporte na resolução de demandas judiciais e de ações trabalhistas.

Figura 1: Eixos de atuação do SESMT



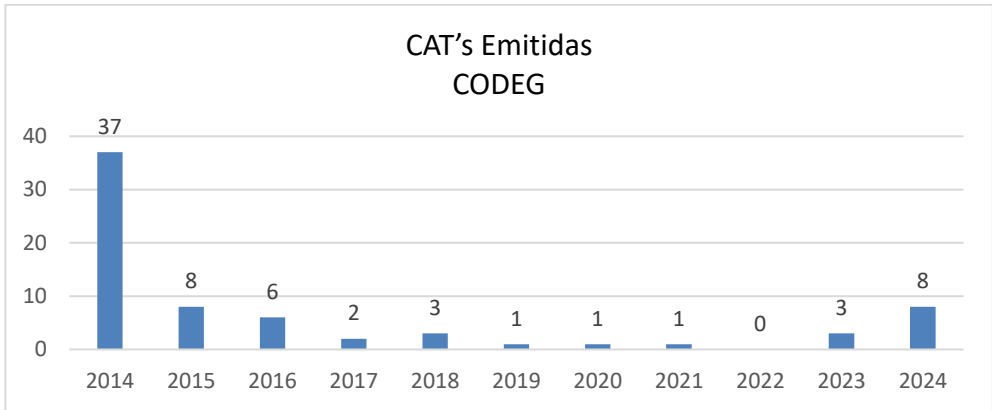
Fonte: SESMT CODEG, 2024.

9.3. INFORMAÇÕES E RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO SESMT

9.3.1 Acidentes e Comunicação de Acidente do Trabalho (CATs) Emitidos

Em 2024, foram emitidas 08 CATs, evidenciando a atuação do SESMT na identificação e comunicação de acidentes de trabalho, apesar de um leve aumento em relação aos anos anteriores.

Figura 2: CAT's Emitidas em 2024



Fonte: SESMT CODEG, 2024.

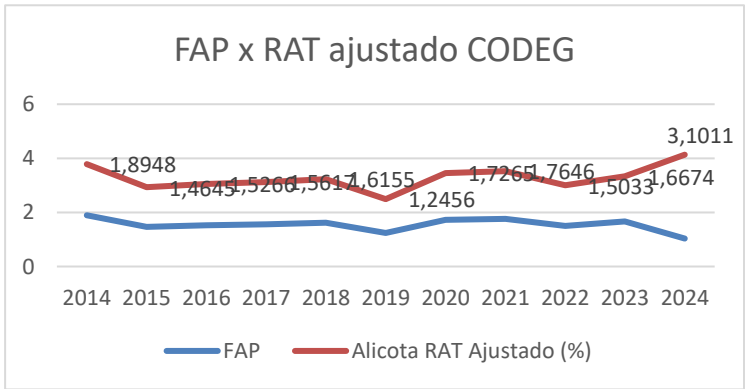
Em 2024, foram emitidas 08 CATs, com aumento de 167% em relação a 2023.

9.3.2 Fator Acidentário de Prevenção (FAP)

Através do monitoramento contínuo, observou-se uma redução gradual do índice FAP, o qual é aplicado sobre a folha de pagamento para custear benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

No entanto, o índice apresentou aumento recente até ano 2023, possivelmente relacionado aos impactos da pandemia e ao período em que o serviço médico esteve subdimensionado, com a retomada modesta de atendimentos já identificamos uma queda acentuada no índice FAP, contudo ainda se apresenta aumento na alíquota dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) Ajustado que incide na folha de pagamento, conforme gráfico a seguir:

Figura 3: Gráfico FAP x RAT Ajustado 2024



Fonte: SESMT CODEG, 2024.

Tabela 9: Índice FAP x RAT – Série Histórica

ÍNDICE FAP X RAT - SÉRIE HISTÓRICA CODEG			
ANO	FAP	RAT (%)	Alíquota RAT Ajustado (%)
2014	1,8948	1	1,8948
2015	1,4645	1	1,4645
2016	1,5266	1	1,5266
2017	1,5617	1	1,5617
2018	1,6155	1	1,6155
2019	1,2456	1	1,2456
2020	1,7265	1	1,7265
2021	1,7646	1	1,7646
2022	1,5033	1	1,5033
2023	1,6674	1	1,6674
2024	1,0337	3	3,1011

Fonte: SESMT CODEG, 2024

A análise do gráfico demonstrada a necessidade de investimento na estruturação do SESMT para diminuir a alíquota do RAT ajustado que hoje está na ordem de 3,10% sobre o total da folha de pagamento da CODEG.

O índice FAP apresentou elevação para 1,6% em 2023, influenciado por:

- I. Pandemia de COVID-19 (aumento de afastamentos);
- II. Falta de serviço de medicina do trabalho por 2 anos (2019-2022).

9.3.3 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

A CIPA, obrigatória em todas as empresas e regulamentada pela NR 05, passou por um processo de modernização em outubro de 2024, com a contratação de um aplicativo de votação que possibilitou a realização eletrônica da eleição dos seus membros.

As reuniões ocorreram mensalmente, e foram realizadas visitas orientativas às turmas de campo, proporcionando momentos de treinamento, conscientização e levantamento das necessidades dos funcionários, que são posteriormente comunicadas aos setores competentes.

- Eleição realizada em outubro/2024 via aplicativo eletrônico;
- Reuniões mensais e visitas orientativas às turmas de campo.

9.3.4 Acompanhamento de Demandas Judiciais

O técnico Fábio Lúcio realizou o acompanhamento de diligências periciais em processos trabalhistas e do MPT ao longo de 2024, contribuindo para a mitigação de riscos jurídicos e o aprimoramento das práticas de segurança.

9.3.5 Serviço Médico Ocupacional

O serviço médico, atualmente prestado pela empresa Santa Teresa Saúde, apresenta defasagens. O atendimento, anteriormente realizado de forma fixa na CODEG, passou a ser realizado na clínica conveniada, com registro de apenas 28 Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) Admissionais em 2024, evidenciando a necessidade de reavaliação contratual para que os serviços médicos atendam integralmente as demandas dos trabalhadores.

- Atendimento médico irregular:
 - I. Médico do trabalho foi remanejado para clínica conveniada (decisão da Diretoria Administrativa);
 - II. Apenas 28 ASO's admissionais registrados em 2024.

3.6 Documentação Técnica de SST

Os Programas e Laudos técnicos da CODEG encontram-se defasados e/ou vencidos em 2024, em decorrência da não contratação de empresa especializada para a sua atualização. Para 2025, está em curso o processo de reestruturação do setor com a nomeação de um Engenheiro de Segurança do Trabalho, o que deverá regularizar a documentação técnica.

- Programas e laudos técnicos vencidos/defasados devido à falta de contratação de empresa especializada;
- Solução prevista para 2025 com a nomeação de um Engenheiro de Segurança.

9.4. METAS PARA 2025

Embora as metas estabelecidas no relatório de 2024 permaneçam pertinentes, a maioria não foi atingida satisfatoriamente, demandando ações práticas e planejadas

pela atual gestão para reverter a desvalorização do setor SESMT. As metas prioritárias para 2025 são:

I. Reposicionamento do Setor SESMT no Organograma da CODEG:

- a. Reestruturar o SESMT para que este integre diretamente os demais setores da CODEG, possibilitando maior comunicação e efetividade, atuando como órgão de assessoramento técnico para todas as diretorias.
- b. Propomos que o Setor SESMT seja organizado no organograma da CODEG como um departamento Técnico ligado diretamente a Diretor Presidente como ocorre com departamento jurídico e controladoria, pelo caráter multifuncional.

II. Reestruturação do SESMT:

- a. Ampliar a equipe contratando os profissionais:– 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho (Recentemente nomeado) e 1 Médico do Trabalho –, além dos 2 Técnicos de Segurança já existentes.
- b. Melhorar as condições de trabalho do setor e promover a atualização dos programas e laudos técnicos, evitando multas e ações trabalhistas.
- c. Adquirir equipamento e instrumentos de avaliações e medições de riscos ocupacionais para subsidiar a elaboração dos programas e laudos.

III. Aplicação da Gestão em SST:

- a. Implantar um sistema de gestão integrado de SST para acompanhar as obrigações legais, controlar os riscos ocupacionais e atualizar as medidas preventivas conforme as renovações normativas.

IV. Cumprimento da NR 38:

- a. Implementar estudos e análises para adequar as atividades de Limpeza Urbana e Manejo de resíduos sólidos à NR 38, definindo prazos e medidas corretivas junto à Operacional e Iluminação Pública, e prevenindo passivos trabalhistas.

V. Cronograma para Treinamentos, Entrega anual de EPIs e realização de ASO's:

- a. Estabelecer um cronograma por campanha planejada por equipe e setores, para executar treinamentos para informar os funcionários sobre as condições do ambiente de trabalho e as medidas de segurança, com especial atenção a situações de grave e iminente risco, conforme previsto na legislação vigente.
- b. A campanha de treinamento é realizada conjuntamente com a entrega de fornecimento anual de EPIs, com os devidos registro de entrega individual conforme a NR 06, a ser realizada nos meses de baixa temporada.
- c. Realizar campanha de exames ocupacionais em atendimento a NR 07, a ser realizada nos meses de baixa temporada.

VI. Gestão das empresas Terceirizadas contratadas pela CODEG

- a. Acompanhar, fiscalizar e controlar as empresas terceirizada da CODEG, analisando a documentação técnica da mesma e integrando ações do SESMT das contratadas com o SESMT da CODEG.

9.5. CONSIDERAÇÕES DO SESMT

A análise do desempenho do SESMT na CODEG revela que, embora haja iniciativas de prevenção e controle de riscos, o setor tem enfrentado desafios significativos decorrentes da desestruturação ocorrida nos últimos anos. A retirada de atividades críticas, como o controle de distribuição dos EPIs e EPCs (registrado conforme a NR 06) e a dependência de técnicos contratados em regime temporário, afetaram a eficácia das ações de segurança e saúde no trabalho.

Para que o SESMT alcance os objetivos de prevenção e promoção da saúde ocupacional, é imprescindível a reestruturação completa do setor, com a contratação dos profissionais obrigatórios e a integração de suas atividades com os demais setores da CODEG. As novas metas para 2025 visam reverter essa situação e elevar os índices de segurança e saúde dos trabalhadores, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência administrativa da Companhia.

Este relatório de gestão foi elaborado com base nas informações consolidadas para o Relatório de Gestão 2024 e evidencia os esforços e desafios enfrentados pelo SESMT, servindo como subsídio para a fiscalização e controle pelo TCE-ES.

10. DA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com informações enviadas pela equipe da Comissão de Licitações

A CODEG, em conformidade com a Lei Federal 13.303/2016, através de sua Comissão de Licitação, criada com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, constituiu por meio do Termo de Nomeação 013/2023 e 013/2024 a Comissão Permanente de Licitação dessa Companhia.

No ano de 2024, a comissão realizou, procedimentos de aquisição nas modalidades e quantidades apresentadas na tabela 10.

Tabela 10: Aquisição - Quantidades x Modalidades

Modalidade	Quantidade	Valor acumulado
Pregão Eletrônico	20	R\$ 18.210.783,73
Dispensa por justificativa	02	R\$ 1.755.377,14
Dispensa por Limite	48	R\$ 1.213.253,59
Outros	04	R\$ 58.712.285,18
TOTAL	74	R\$ 79.891.699,64

Fonte: SMARAPD, 2024.

No exercício de 2024 foram celebrados 33 novos contratos e renovados 31 contratos de fornecimento e prestação de serviços.

Os contratos celebrados de prestação de serviço movimentaram os seguintes valores:

Tabela 11: Contratos de Prestação de Serviços - Quantidades x Modalidades

SETOR	Quantidade de contratos	Valor acumulado
Limpeza Pública	25	R\$67.234.759,63
Iluminação Pública	13	R\$13.409.478,16
Administração	26	R\$1.035.910,93
Outros		
TOTAL	64	R\$81.680.148,72

Fonte: SMARAPD, 2024.

As aquisições de bens móveis e de suprimento movimentaram os seguintes valores em 2024:

Tabela 12: Aquisições de bens físicos - Quantidades x Modalidades

SETOR	Quantidade de itens	Valor acumulado
Limpeza Pública	02	R\$ 565.547,00
Iluminação Pública	00	0,00
Administração	02	R\$ 472.774,00
Outros	00	0,00
TOTAL	04	R\$ 1.038.321,00

Fonte: SMARAPD, 2024.

Os serviços e aquisições acima foram adquiridos com base nas necessidades operacionais e administrativas para a manutenção dos serviços da companhia, tendo em vista a melhoria na prestação de serviços essenciais à comunidade e na qualidade de vida do funcionário.

11. DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS

Em 2024, a Diretoria Operacional foi responsável por diversos serviços de limpeza pública como coleta de resíduos sólidos e limpeza das vias urbanas.

11.1 COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Trata-se do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares, urbanos e comerciais, classe II A pela classificação antiga ou simplesmente Classe 2 pela atualizada.

A ABNT NBR 10.004 foi atualizada em 2024. A versão de 2004, que prescrevia a classificação dos resíduos não perigosos nas classes II B e II A, inertes e não inertes respectivamente, vigora em transição até janeiro de 2026 junto com a atual. A versão atualizada classifica os resíduos apenas em perigosos e não perigosos, abolindo a classificação II A e II B.

- I. Coleta Porta a Porta: resíduos domiciliares coletados porta-a-porta por caminhões compactadores, recolhendo os sacos de lixo nas ruas da cidade. Em 2024 foram coletadas 40.338,02 toneladas. A coleta acima citada é realizada como segue o quadro 8.

Quadro 8: Coleta Porta a Porta nos Bairros

TRECHO	FREQUÊNCIA
Bairros Residenciais	Três Vezes Por Semana
Centro, Praia Do Morro, Nova Guarapari, Aeroporto, Muquiçaba, Pequenos Trechos De Alto Movimento	Diariamente
Interior Do Município Núcleos Urbanos	Mínimo Semanalmente

Fonte: Diretoria Operacional

Segue Figura ilustrativa da coleta de resíduos domiciliares realizada por caminhões compactadores no município de Guarapari.

Figura 04: Coleta domiciliar por compactador em Guarapari.



Fonte: CODEG, 2024.

- II. Caixas Estacionárias: resíduos coletados em caixas estacionárias e recolhido por caminhões poliguincho. A coleta de caixas estacionárias por caminhões poliguincho refere-se, principalmente, a resíduos domiciliares coletados em alguns pontos do interior, resíduos comerciais coletados em feiras e mercados municipais, e em eventos, bem como resíduos recolhidos pelo serviço de limpeza urbana em alguns trechos da cidade, limpeza de praias, e trabalhos correlatos. Em 2024 foram coletadas 2.742,32 toneladas. Segue Figura ilustrativa do serviço de coleta por caixas estacionárias em Guarapari.

Figuras 5 e 6: Coleta domiciliar por compactador em Guarapari.



Fonte: CODEG, 2024.

- III. Caminhões Caçamba (Truck): resíduos coletados por caminhões caçamba (geralmente, no modelo trucado). Em 2024 foram coletadas 2.444,12 toneladas. Os resíduos coletados por caminhões compactadores são coletados em alguns pontos do interior e da zona rural do município, mas o equipamento pode atuar, também, em diversas circunstâncias, como limpeza de praias, apoio em alta temporada, etc. Segue Figura ilustrativa da coleta de resíduos sólidos urbanos por caminhão caçamba:

Figura 7: Coleta domiciliar por compactador em Guarapari.



Fonte: CODEG, 2024.

- IV. Destinação Final Ambientalmente Adequada: Todos os resíduos sólidos, urbanos e comerciais Classe II A são levados para transbordo e aterro sanitário. Atualmente, são utilizados o transbordo e o aterro sanitário da C.T.R.V.V – Central de Tratamento de Resíduos Vila Velha, que tem contrato firmado com a CODEG. A Prefeitura Municipal não se utiliza de lixão nem de aterro controlado para destinação dos resíduos sólidos domiciliares, em

conformidade com o que preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei federal 12.305/2010). Seguem Figuras do transbordo e do aterro sanitário mostrando o descarregamento e o aqueitamento dos resíduos domiciliares do município de Guarapari:

Figuras 8 e 9: Transbordo resíduos sólidos domiciliares.

Fonte: CODEG, 2024.



Figuras 10 e 11: Aterro sanitário



Fonte: CODEG, 2024.

11.2 RESÍDUOS DE SAÚDE

Trata-se da coleta dos resíduos de serviços de saúde, classe I pela classificação antiga, ou classe 1 conforme a atualizada como já observado neste texto anterior. O resíduo de serviços de saúde, também conhecido por sua sigla RSS, ou simplesmente lixo hospitalar, é coletado em pontos como clínicas, consultórios, farmácias, hospitais, distribuidores de medicamentos, entre outros.

A coleta de resíduos de serviços de saúde realizada pela CODEG pode ser considerada como coleta pública; além do mais, a CODEG não cobra por essa coleta, pois a Prefeitura apenas ajusta, a maior, a taxa de coleta de lixo cobrada no IPTU do imóvel onde se desenvolve o serviço de saúde.

O valor da taxa de coleta de lixo para resíduos de saúde é tabelado por decreto, e para o ano de 2025 está vigente o Decreto municipal nº 624/2024. Os geradores possuem liberdade para contratar coleta privada, porém, muitos (talvez, a grande maioria) permanecem mantendo a coleta da CODEG. Em 2024 foram coletadas em 122,935 toneladas.

Figuras 12 e 13: Coleta de resíduos de saúde em Guarapari.



Fonte: CODEG, 2024.

Todos os resíduos de serviços de saúde coletados pela CODEG são descartados de forma ambientalmente adequada, pois são levados para usina de incineração, ambientalmente licenciada para esta finalidade específica de recebimento e incineração de RSS. Seguem Figuras ilustrativas da coleta em Guarapari, e destinação final no estabelecimento da empresa contratada.

Figuras 14 e 15: Destinação final por incineração dos resíduos de saúde



Fonte: CODEG, 2024.

11.3 COLETA E TRANSFORMAÇÃO DAS CASCAS DE COCO VERDE

A coleta de cascas de coco verde é realizada principalmente nas praias e nas feiras da cidade. Não existem informações de pesagens para essa coleta. Estima-se, para a faixa de praia, de 2 a 3 caminhões truck/noite nos dias de mais alta temporada (Reveillon e primeiros dias de janeiro), e em contrapartida, 4 a 6 caminhões toco por final de semana na baixa temporada. Os caminhões trucks têm cerca de 9 metros cúbicos, os caminhões tocos têm cerca de 4 metros cúbicos, a densidade aparente da casca de coco verde gira entre 130 a 240 kg / metros cúbicos. Isso resultaria, em termos anuais, em pouco mais de 200 toneladas. Acrescentem-se os eventos, feiras, etc. Assim, estima-se que tenham sido coletadas no ano de 2024 aproximadamente 250 toneladas.

Figura 16: coleta de cascas de coco na praia do morro



Fonte: CODEG, 2024.

Os resíduos de cascas de coco verde seguem para reciclagem e compostagem, em local e execução controlados e operados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. A própria SEMMA expede a licença ambiental para o local, onde ela implantou uma instalação com equipamento de trituração das cascas de coco verde. O aproveitamento atual é na agricultura.

Figuras 17 e 18: secagem das cascas de coco e moagem em fibra



Fonte: CODEG, 2024.

11.4 LIMPEZA DAS VIAS URBANAS

A limpeza urbana, realizada nos logradouros e praias do município, inclui diversos serviços, tais como varrição, capina e roçagem, manutenção de praças e jardins públicos, pintura horizontal de meio fio (não inclui pintura de trânsito), limpeza de praias e calçadões, dentre outros serviços correlacionados. A seguir como esses serviços foram estruturados durante 2024.

- I. Varrição, Capina, Limpeza De Praia, Pintura De Meio Fio, Manutenção De Praças e Jardins Públicos: todos esses serviços são realizados pelas equipes de colaboradores garis, empregados públicos efetivos da CODEG, comandados por chefes setoriais dessas equipes. As equipes podem ser divididas conforme abaixo:
 - a. Equipe do Recanto da Sereia / Village do Sol, e região: após Setiba, indo até aos limites com o município de Vila Velha;

- b. Equipe de Setiba, Setibão, Una, Elza Nader, Paturá e região;
- c. Equipe de Santa Mônica/Jabaraí/Perocão e região: (inclui Boião, e Portal Club, bairros no entorno da Avenida Padre José de Anchieta sentido Santa Mônica);
- d. Equipe matinal do bairro Praia do Morro, e região (Inclusive Praia da Cerca, Muquiçaba, Aeroporto, Adventistas, Fátima Cidade Jardim, Jardim Boa Vista, Santa Rosa, e outros), enfoque nos bairros até calçadão, mas sem tirar de vista a praia.
- e. Equipe noturna da Praia do Morro: limpeza de praia, e calçadão da orla, manutenção de papelerias de poste; inclui Praia do Morro, Praia da Cerca, Prainha de Muquiçaba, e região).
- f. Equipes dos bairros no entorno da Avenida Jones Santos Neves até ao trevo da BR 101 e Rodoviária: compreende bairros como: São José, São Gabriel, Bela Vista, Nossa Senhora da Conceição, Rodoviária, Adalberto Simão Nader, Lagoa Funda, Sol Nascente, Itapebussu, Camurugi e outros;
- g. Equipe matinal do Centro da Cidade: praias, calçadão e logradouros dos bairros centrais da cidade, englobando inclusive São Judas Tadeu, Ponte, Caminho da Fonte, Parque Areia Preta, bairro Centro, bairro São João, e toda a região;
- h. Equipe da tarde, de repasse, do Centro e Região: varrição de vias públicas, limpeza da areia das praias e calçadão das orlas, mesmos bairros e região da equipe descrita acima.
- i. Equipe dos bairros Kubitscheck, Ipiranga e região;
- j. Equipe dos bairros Coroado, Santa Margarida, Olaria, Prainha e região;
- k. Equipe de Meaípe, Nova Guarapari, Belo Horizonte, Porto Grande, Condados e toda a região: até aos limites da cidade com o município de Anchieta;
- l. Mutirão de Limpeza e Capina: equipes itinerantes que realizam capina e limpezas nas vias públicas, conforme as necessidades percebidas pela Diretoria Operacional e pelos chefes setoriais. Os serviços são diários, e procuram ser sincronizados com equipamentos da Patrulha de Máquinas, para recolhimento dos resíduos, e eventualmente, com o serviço de podas, para que os resíduos gerados sejam recolhidos rapidamente das vias;
- m. Equipe de manutenção de praças e jardins: manutenção de paisagismo, focado em cobertura verde de logradouros (praças, canteiros centrais, jardins públicos, canteiros de calçadas da orla, arborização, etc.); realizado por equipe

específica de colaboradores (gari jardineiro), em serviços diários, que incluem tudo o que diz respeito à manutenção e expansão da cobertura verde dos logradouros, inclusive plantação e manutenção de espécimes ornamentais e gramados, paisagismo e estética, plantio de mudas, limpeza, e serviços gerais de jardinagem, além de serviços de capina nos logradouros e nas vias públicas. Esse serviço contou, também, com a prestação de serviço terceirizado de caminhão pipa, com finalidade de regar as plantas e, também, efetuar limpezas diversas, em conjunto com outros serviços da Companhia.

- n. Equipe da Patrulha de Máquinas: funcionários efetivos da Companhia formam equipe de limpeza urbana que trabalha em conjunto com equipamento terceirizado, constituído de pás carregadeiras e caminhões. Dentre outros serviços, recolhe todo o resíduo gerado pelas equipes de mutirão de limpeza e capina.
 - o. Equipes no interior do município: realizam limpeza pública em alguns principais núcleos urbanizados do interior, tais como Todos os Santos e Reta Grande; são compostos por garis, que fazem, basicamente, serviço de varrição e limpeza.
- II. Outros serviços desenvolvidos pelas equipes: o de pintura horizontal de meio fio foi realizado de forma manual, com cal de pintura, no meio-fio das vias públicas, canteiros centrais, no quebra-mar das praias, na ponte, dentre outros pontos.

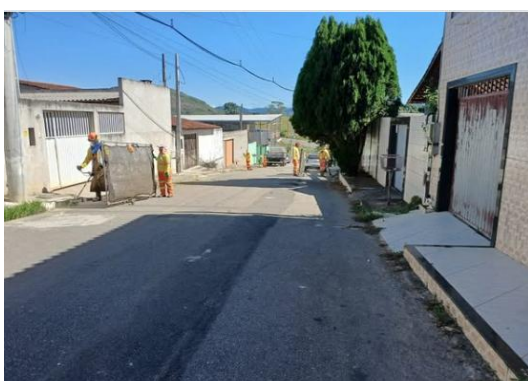
Abaixo, segue sequência de Figuras ilustrativas dos serviços acima mencionados:

Figura 19: Varrição de via pública



Fonte: CODEG, 2024.

Figura 20: Mutirão de Capina



Fonte: CODEG, 2024.

Figuras 21 e 22: Manutenção de Praças e jardins



Fonte: CODEG, 2024.

Figura 23 e 24: Patrulha de máquinas



Fonte: CODEG, 2024.

Figura 25 e 26: Limpeza de praia



Fonte: CODEG, 2024.

Figuras 28 e 29: Pintura de meio-fio



Fonte: CODEG, 2024.

12. DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Diretoria de Iluminação Pública da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari (CODEG) é responsável pela manutenção dos serviços de iluminação no município. Suas atividades incluem a instalação de braços, luminárias, lâmpadas e refletores, além da substituição de equipamentos danificados ou com defeito. Todos os serviços são realizados por empresas terceirizadas pela companhia, conforme descrito a seguir.

I. Contrato 010/2021 (2ª e 3ª Prorrogações) - Salvador Engenharia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, bem como o gerenciamento integral da iluminação pública e a modernização do sistema de iluminação em todo o município de Guarapari. Durante o período de 01/01/2024 a 31/12/2024, foram registradas 4.038 (quatro mil e trinta e oito) solicitações de serviços por parte da população, todas as quais foram atendidas com a devida diligência.

Figuras 30, 31 e 32: Manutenção da Iluminação Pública



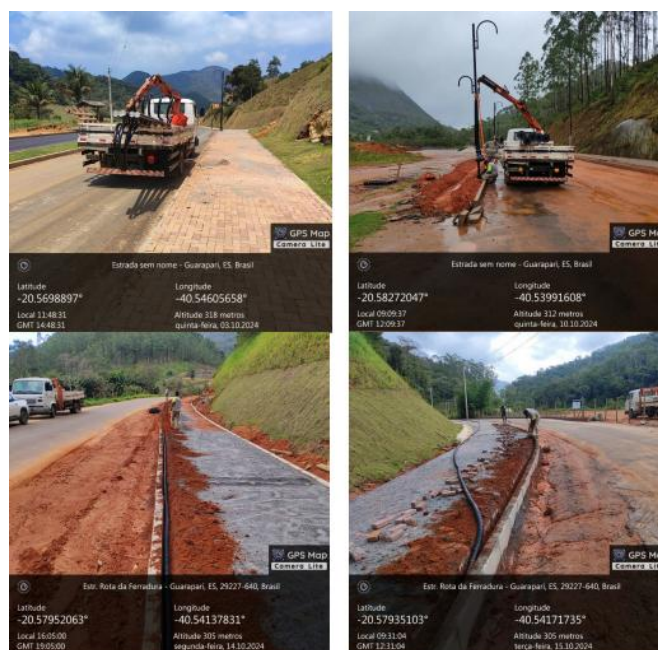
Fonte: CODEG, 2024.

II. Contrato 001/2024 - Vitorialuz Construções Ltda.

Objeto: Contratação de serviços para a implementação de iluminação pública ornamental no bairro Buenos Aires, entre as localidades de Cachoeirinha e

Barra do Limão. A execução dos serviços deverá estar em conformidade com as especificações técnicas e outros requisitos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do instrumento convocatório), conforme o processo administrativo nº 301365/2023. O serviço inclui a instalação de postes ornamentais na região do bairro Buenos Aires.

Figuras 33, 34, 35, 36 (esquerda para a direita): Manutenção e instalação de Luminárias em Buenos Aires



Fonte: CODEG, 2024.

13. DO PATRIMONIO FÍSICO

Ao fim do exercício fiscal é realizado o levantamento de bens físicos e em Almoxarifado. O levantamento físico tem por finalidade a catalogação dos bens, ou seja, o levantamento detalhado das características dos bens, informações mais

detalhadas possíveis, identificar como encontram-se distribuídos na companhia e apurar o patrimônio da companhia.

Ao fim do exercício de 2024 o patrimônio da CODEG apurou os seguintes bens descritos nas tabelas 13 e 14.

Tabela 13: Distribuição de Bens Móveis e Saldos em Estoque

DESCRIÇÃO P/ SUBITEM CONTÁBIL	QUANTIDADE DE ITENS	SALDO FINANCEIRO
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	105	R\$ 1.343.461,30
Bens De Informática	59	R\$ 227.804,63
Moveis E Utensílios	136	R\$ 153.344,12
Veículos	12	R\$ 32.114,28
Demais Bens Moveis	16	R\$ 414.322,00
Depreciação		(R\$ 641.306,88)

Fonte: SmarAPD, 2024

Tabela 14: de Bens em Almoxarifado

DESCRIÇÃO P/ SUBITEM CONTÁBIL	SALDO FINANCEIRO
Material De Consumo	R\$ 901.333,46
Gêneros Alimentícios	R\$ 0,0
Materiais De Construção	R\$ 0,0
Autopeças	R\$ 0,0
Medicamentos E Materiais Hospitalares	R\$ 400,00
Materiais Gráficos	R\$ 0,0
Material De Expediente	R\$ 16.540,50
Materiais a Classificar	42.140,60

Fonte: SmarAPD, 2024

14.DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A CODEG é uma sociedade de economia mista, sob controle acionário da Prefeitura Municipal de Guarapari.

Diante do conceito trazido pela lei de responsabilidade fiscal – Art. 30, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), entende-se que a CODEG é uma controlada (sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação. Art. nº 2º, inciso II, da LRF) e se enquadra na condição de empresa estatal dependente, porque recebe transferências financeiras exclusivamente da municipalidade (acionista majoritária)

para manter os custos decorrentes dos contratos de prestação de serviços celebrados com terceiros e as suas despesas administrativas.

O orçamento de 2024 foi previsto e autorizado na Lei Orçamentária Anual da municipalidade, assim a Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari teve autorizado pela Câmara Municipal o valor de repasse para o exercício pela Prefeitura Municipal de Guarapari o total de R\$ 82.714.000,00 (oitenta e dois mil setecentos e quatorze mil reais) sendo aplicados de acordo com os seguintes centros de custo:

- Previdência Social dos Servidores..... R\$ 8.000.100,00
- Manutenção CODEG (Administração). R\$ 20.838.200,00
- Limpeza Urbana..... R\$ 41.300.300,00
- Iluminação Pública R\$ 12.575.400,00

Os valores acima representam as despesas autorizadas pela Câmara Municipal de Guarapari haja vista que as despesas da Companhia são custeadas pelo acionista majoritário.

A Contribuição de Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) pertence à categoria dos tributos com finalidade específica definida pela CF/88. O Município não possui discricionariedade para utilizar esses recursos ao seu talante, de forma diversa.

A terminologia “contribuição” é o significado que exprime a cooperação da sociedade em custear as despesas públicas, com base na solidariedade e não na compulsoriedade, entretanto permanece a necessidade de os recursos arrecadados serem aplicados na finalidade que justifica a exceção, não podendo custear as despesas públicas aleatórias.

O tributo nominado de Contribuição de Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) deve prestar-se à viabilização da manutenção completa da rede de iluminação pública municipal, objetivando melhorar esses serviços, fornecendo iluminação para ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de transportes coletivos, etc.

A COSIP é arrecadada pela concessionária fornecedora de energia elétrica e repassada para conta do Município em conformidade com a Lei nº 2264/2002.

A CODEG recebe recursos provenientes da receita Contribuição de Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) gerenciados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFA) para pagamento de obras, serviços de engenharia, ampliação, manutenção e melhoria do sistema municipal de iluminação pública, conforme Lei nº 2348/2003.

Embora autorizados, os valores apontados acima, inclusive a COSIP, a execução orçamentária foi alterada e houve promulgação de créditos suplementares para outras unidades gestoras do município alterando o quadro de despesas da companhia tabela 15.

Tabela 15: Execução da Despesa Orçamentária

CUSTEIO	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
Previdência Social dos Servidores	R\$ 6.399.100,00	R\$ 6.398.762,75	R\$ 6.398.762,75	R\$ 6.398.762,75
Manutenção da Sede	R\$ 17.319.499,69	R\$ 16.948.397,99	R\$ 16.948.397,99	R\$ 16.948.397,99
Limpeza Urbana	R\$ 43.081.334,64	R\$ 41.263.314,67	R\$ 41.263.314,67	R\$ 41.249.213,58
Iluminação Pública	R\$ 8.712.236,18	R\$ 8.703.232,43	R\$ 8.703.232,43	R\$ 8.702.732,43
TOTAL	R\$ 75.512.170,51	R\$ 73.313.707,84	R\$ 73.313.707,84	R\$ 73.299.106,75

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do Sistema SmarCP

15. DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findado o exercício social de 2024 e tendo sido todas as contas escrituradas pela contabilidade da companhia avaliou-se as demonstrações financeiras onde depreendeu-se algumas análises importantes a se destacar as análises de liquidez ou solvência. Essas análises em síntese a capacidade da companhia em cumprir com suas obrigações.

A análise de liquidez considera:

- Índice de liquidez >1: a empresa possui alguma folga para cumprir com suas obrigações.
- Índice de liquidez = 1: os valores à disposição da empresa empatam com as contas que ela tem para pagar.
- Índice de liquidez < 1: se a empresa precisasse quitar todas as suas obrigações no curto prazo, ela não teria recursos suficientes.

A companhia apresenta os seguintes resultados de liquidez:

I – Liquidez Geral: indica quando a empresa poderá dispor de recursos para quitar suas dívidas com terceiros, reunindo todos os seus valores conversíveis a curto e longo prazo.

$$LG = \frac{AC(6.682.586,93) + RLP(0,00)}{PC(5.055.473,43) + ELP(4.587.976,06)} = 0,69$$

O valor obtido 0,69 demonstra a incapacidade de a companhia cumprir suas obrigações com terceiros, o que exige uma atuação na redução de dívidas e aumento de receitas diversas.

II – Índice de Solvência: indica a capacidade da empresa em dispor de recursos para quitar suas dívidas com terceiros, reunindo todos os seus valores conversíveis a curto e longo prazo e inclusive utilizando seu ativo os bens imobilizados, os intangíveis e investimentos.

$$IS = \frac{ATIVO(8.226.754,03)}{PC(5.055.473,43) + ELP(4.587.976,06)} = 0,85$$

O resultado obtido, embora melhore a capacidade de cumprir suas obrigações com terceiros, aponta que mesmo considerando a liquidação de seus ativos de longo prazo a companhia atualmente seria incapaz de cumprir suas obrigações integralmente com terceiros.

III – Índice de Liquidez Corrente: indica quanto a empresa poderá dispor em recursos de curto prazo para honrar suas dívidas a curto prazo como fornecedores, empréstimos e financiamentos de curto prazo, contas a pagar.

$$ILC = \frac{AC(6.682.586,93)}{PC(5.055.473,43)} = 1,32$$

O valor de 1,32 obtido aponta a capacidade da empresa cumprir suas obrigações de curto prazo com certa folga. Isso se dá ao fato de a companhia ser financiada integralmente pelo acionista majoritário, cobrindo todas as suas despesas administrativas e operacionais.

IV – Índice de Liquidez Imediata: é a comparação entre disponível e o passivo circulante, indicando a porcentagem dos compromissos que a empresa pode liquidar imediatamente.

$$ILLm = \frac{DISPONIBILIDADES(476.193,10)}{PC(5.055.473,43)} = 0,094$$

Os valores de Liquidez apresentados apontam capacidade em manter suas obrigações de curto prazo e dificuldade em cumprir suas obrigações de longo prazo. No entanto, a maior parte do capital da companhia provém de recursos públicos e finalísticos, como contribuição de iluminação pública e taxa de coleta de lixo, recursos cuja aplicação é específica para as atividades de atuação da empresa.

Outro instrumento de avaliação das contas são os indicadores de endividamento, que permitem compreender a composição do capital da companhia. Quando multiplicar-se o indicador obtido por 100, encontrar-se-á o valor percentual do endividamento. A Composição do Endividamento Geral traz o quanto o capital total de terceiros terá vencimento a curto prazo.

$$CE = \frac{PC(5.055.473,43) + ELP(4.587.976,06)}{ATIVO(8.226.754,03)} \times 100 = 117\%$$

O resultado acima mostra que mais de 100% do capital de terceiros da companhia está comprometido em dívidas de terceiros. Insta aqui salientar a necessidade de para o próximo exercício realizar corte de gastos operacionais e reduzir a realização de dívidas de curto e médio prazo.

Ressalta-se que autos gastos se deve ao aumento das para urbanas e semiurbanas do município e que a cada dia exigem mais dispêndios de recursos,

como valores em Folha de Pagamento e aquisição de equipamentos, para mantê-las limpas e em condições de uso.

As dívidas de natureza previdências e tributária, além dos juros gerados que resulta em um alto valor de Exigível a Longo Prazo. Esses realizáveis a longo prazo referem-se a parcelamentos de dívidas previdenciárias e não previdenciárias junto a Receita Federal Brasileira e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, além de outros precatórios.

Insta saber que o valor das dívidas previdenciárias está sendo regularizadas a partir do exercício de 2024, por meio de parcelamento com a Receita Federal Brasileira realizado.

Em 2023 a CODEG realizou uma revisão das dívidas previdenciárias e não-previdenciárias inscritas na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cujo valor total foi de R\$ 15.866.241,01, entre valor principal, multas e juros. Foram realizadas renegociações dessas dívidas, conforme descrito abaixo.

Tabela 16: Negociação 8825252

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Total sem reduções (A)	8.507,34	1.701,48	15.983,93	2.619,18	28.811,93
Valor da entrada (s/ Redução)	510,44	102,08	959,03	157,15	1.728,71
Descontos previstos em lei (B)	0,00	1.475,18	13.858,07	2.270,83	17.604,08
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	8.507,34	226,29	2.125,85	348,35	11.207,84

Fonte: Sistema Simplifica

Tabela 17: Negociação 5860878 - Tributária

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Total sem reduções (A)	891.660,74	161.772,04	1.796.770,92	547.548,94	3.397.752,64
Valor da entrada (s/ Redução)	17.833,21	3.235,44	35.935,41	10.950,97	67.955,05
Descontos previstos em lei (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	891.660,74	161.772,04	1.796.770,92	547.548,94	3.397.752,64

Fonte: Sistema Simplifica

Tabela 18: Negociação 8752744

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Total sem reduções (A)	355.834,32	71.166,89	625.591,51	105.259,13	1.157.851,85
Valor da entrada (s/ Redução)	21.350,05	4.270,01	37.535,49	6.315,54	69.471,11
Descontos previstos em lei (B)	0,00	63.005,92	551.489,21	92.952,33	707.447,48

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	355.834,31	8.160,96	74.102,29	12.306,79	450.404,36

Fonte: Sistema Simplifica

Tabela 19: Negociação 8811840

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Total sem reduções (A)	2.168.828,80	581.216,02	4.225.886,28	1.032.614,18	8.008.545,28
Valor da entrada (s/ Redução)	130.129,72	34.872,96	253.553,17	61.956,85	480.512,71
Descontos previstos em lei (B)	0,00	476.823,30	3.512.005,86	863.660,08	4.852.489,25
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	2.168.828,80	104.392,71	713.880,41	168.954,09	3.156.056,02

Fonte: Sistema Simplifica

Tabela 20: Negociação 8812011

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Total sem reduções (A)	127.508,53	90.668,72	226.321,73	88.899,79	533.398,77
Valor da entrada (s/ Redução)	7.650,51	5.440,12	13.579,30	5.333,98	32.003,92
Descontos previstos em lei (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	127.508,53	17.866,92	44.598,32	17.518,34	207.492,12

Fonte: Sistema Simplifica

Tabela 21: Negociação 8812102

Demonstrativo	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Total sem reduções (A)	1.450.135,80	290.027,14	543.071,16	456.646,44	2.739.880,54
Valor da entrada (s/ Redução)	87.008,14	17.401,62	32.584,26	27.398,78	164.392,83
Descontos previstos em lei (B)	0,00	272.625,51	510.486,88	429.247,65	1.212.360,05
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	1.450.135,79	17.401,62	32.584,27	27.398,78	1.527.520,48

Fonte: Sistema Simplifica

A Negociação 8825252 foi quitada integralmente em 2023. As demais negociações estão parceladas. No exercício de 2024 ocorreram os seguintes pagamentos:

Tabela 22: Pagamentos das negociações realizadas em 2024

Negociação	Principal	MEJ ¹
5860878	R\$ 177.103,61	R\$ 511.547,90
8752744	R\$ 71.828,70	R\$ 33.456,05
8811840	R\$ 437.791,25	R\$ 297.830,13
8812011	R\$ 3.862,47	R\$ 12.295,23
8812102	R\$ 292.724,68	R\$ 40.240,48

Fonte: Sistema Simplifica

¹ MJE – Multas, Encargos e Juros

Os valores acima inscritos são resultantes das parcelas pagas mensalmente durante 12 meses e as atualizações monetárias sobre as parcelas geradas na emissão do boleto de pagamento.

Foi Provisionado os seguintes valores na contabilidade para 2025, referente dos saldos devedores dos parcelamentos.

Tabela 23: Provisão dos Parcelamentos PGFN

2025 - PC			2025 - PNC		
Negociação	Principal	MEJ	Negociação	Principal	MEJ
5860878	R\$ 129.455,88	R\$ 363.847,20	5860878	R\$ 399.155,63	R\$ 1.121.862,20
8752744	R\$ 74.329,68	R\$ 10.321,80	8752744	R\$ 204.406,62	R\$ 28.384,95
8811840	R\$ 453.044,16	R\$ 141.520,80	8811840	R\$ 1.245.871,44	R\$ 389.182,20
8812011	R\$ 26.635,08	R\$ 12.362,04	8812011	R\$ 73.246,47	R\$ 33.995,61
8812102	R\$ 277.673,99	R\$ -	8812102	R\$ 833.021,97	R\$ -

Fonte: Balanço Patrimonial

A avaliação econômica da empresa, com base nos resultados apurados na DRE e no Balanço Patrimonial, embora os indicadores acima apontem superávit, os indicadores apontam dificuldades de cumprir suas dívidas. Isso ocorre devido a relação de receita disponível e a execução das despesas da CODEG. Os valores superavitários não significam sobra pecuniárias, mas uma economia operacional, diante das despesas previstas para o exercício. Em termos mais claros, o superávit é resultado de economia e não geração de receita efetiva compondo o patrimônio da companhia. Esses valores são reintegrados ao orçamento e a consolidação financeira da mantenedora.

16. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE INTERNO

A CODEG, como parte integrante da administração da Prefeitura Municipal de Guarapari, está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Anualmente, a CODEG envia informações, através de Sistemas como o CidadES e Geobras, determinadas pela legislação a esse órgão.

Em observância as normativas do TCEES esta companhia mantém em funcionamento uma Unidade de Controle Interno. Durante o ano de 2024 as atividades de Controle Interno foram pautadas na organização do setor, Monitoramento e Controle dos processos de fiscalização das medidas e orientações emitidas pelo TCEES, estudos e reuniões sobre o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, monitoramento das atividades de regularização das informações Contábeis e de Recursos Humanos, orientações sobre procedimentos administrativos e de licitação e contratação às diretorias e execução de controle financeiros e contábil da companhia visando a correção na escrituração das contas. E no auxílio as demandas oriundas da ouvidoria da CODEG e da Prefeitura de Guarapari

As atividades do Controle Interno podem ser evidenciadas nos seguintes resultados:

- 16 processos administrativo abertos a partir dos apontamentos oriundos de auditoria interna, orientações dos órgãos de controle interno e externo e necessidades operacionais.
- Auxílio e Suporte e Intermediação na integração do sistema de Recursos Humanos com o Sistema de Contabilidade junto a SmarApd.
- Auxílio na regularização dos Restos a pagar processo 301092/2024.
- Resposta ao Ofício 03746/2024-5 do TCEES.
- Diagnostico e Parecer sobre o estado crítico da Segurança do Trabalho na companhia, processo 301198/2024.
- Reuniões com a Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e fornecer orientações solicitadas.
- Auxílio junto a Junta comercial no arquivamento das atas de assembleia, arquivamentos de mais atos societários.
- Apresentação do relatório de auditoria externa do 1º semestre de 2024, processo 301418/2024.
- Comunicação aos setores das divergências apresentadas nas prestações de contas mensais.
- Desenvolvimento de Instrumentos de Controle Financeiro e Contábil.
- Entre outras atividades específicas, decorridas ao longo do exercício não previstas.

Insta destacar que esta Unidade de Controle Interno é composta por apenas um servidor que assumiu o setor em 12 de agosto de 2024, assim, acaba por executar os controles antecipados, concomitantes e a posteriori. Isso porque não há viabilidade econômica para a manutenção de uma equipe maior.

No entanto, a atuação do controle interno da companhia é conexa e próxima a Controladoria do Município que, sempre quando necessário, tem contribuído e atuado juntamente com esta unidade de controle. Essa cooperação tem favorecido a realização de atividades antes não realizadas, tal qual ações para regularização das contas da companhia.

17. DOS PROCEDIMENTOS ÉTICOS E DISCIPLINARES

O comitê de ética foi reformulado em 12 de agosto de 2024 conforme ato de nomeação 014/2024. Até 31 de dezembro de 2024 foram analisados 07 (sete) processos administrativos.

Em resumo a maior parte dos processos tratam de dissídia entre colabores de serviços externos. Envolvendo assuntos de conflitos pessoais, divisão das tarefas e discordância com a forma de trabalho dos superiores.

Por não se tratar de matérias do comitê de ética esses processos são instruídos e encaminhados ao Diretor Operacional para que sejam realizadas as medidas cabíveis conforme a legislação trabalhista e convenções em vigor.

18. OUTRAS ASPECTOS RELEVANTES

Outros apontamentos são relevantes e cabem destaque nos autos deste documento acerca da atuação da companhia ao longo do exercício de 2024, que serão descritos a seguir, bem como atos oriundos dele e já sanados.

18.1 REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RGPS DIVERGENTE ENTRE AS PCF's E PCM's

Após a notificação do TCEES, que apontou divergência entre os valores os valores de Contribuições Patronais informados na Prestação das Folhas de Pagamento (PCF) e da Prestação de Contas Mensais (PCM) a companhia abriu uma diligência para apurar os fatos. Os documentos que permitiram a análise Relatório produzido (anexo A) encontra-se no processo administrativo 300531/2025.

18.2 AJUSTES CONTÁBEIS EM RESTOS A PAGAR E OUTROS

Verificada a inscrição de Restos a Pagar anteriores a 2024 na contabilidade da companhia foi instaurado em 2024 o processo administrativo 300261/2024 para apuração dos valores e a devidas providencias. Com exceção dos valores ajuizados em período legal, os Restos a pagar anteriores aos últimos 5 anos foram baixados em conformidade com o artigo 205 do Código Civil Brasileiro e com o Decreto Municipal 555/2024. Os demais valores inscritos entre 2020 e 2023 estão sendo apurados individualmente nos registros de pagamentos e junto aos fornecedores durante o exercício de 2025, para possíveis ajustes, se necessários.

Algumas inscrições contábeis foram verificadas e identificadas como escriturações realizadas em exercícios anteriores aos últimos 2 anos. Por isso a Companhia instaurou o processo administrativo 300608/2025 para apurar as escriturações e, se necessários, realizar os ajustes, como baixa contábil, atualização monetária e correção das inscrições.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na condição de Diretores atuais (início em 01/01/2025) e responsáveis pelos envios das documentações de Prestação de Contas de 2024 ao TCEES, mesmo que não sejam atribuídas a nós responsabilidade pelos atos administrativos do exercício fiscal de 2024, munimo-nos de informações para conferir o máximo de fidedignidade com relação aos atos praticados pela administração do exercício de 2024.

No último ano, 2024, a companhia deu sequência aos atos administrativos para adequar-se à legislação vigente e as demandas provenientes do TCEES e do Ministério Público. Para isso, passou a incorporar em seu corpo administrativo profissionais técnicos, e por isso proveu abertura de vaga em concurso para Contador, a fim de evitar os atos contínuos de perca da memória contábil e financeira a longo prazo.

Diante dos fatos levantados e dos pontos de controle verificados nesse início de gestão do exercício de 2025, informamos o compromisso de uma atuação putada em melhorias na gestão administrativa, operacional e financeiras com a finalidade de, ao longo deste exercício, implementação práticas exemplares de governança, melhorar a transparência e obter maior efetividade dos recursos públicos aplicados nesta companhia.

Por isso, desde o início de 2025 já temos atuado para sanar inconsistências apresentadas pelo TCEES nos relatórios técnicos de prestação e Contas de exercícios anteriores, nas notificações emitidas pelo tribunal e nos procedimentos internos de verificação. Também temos buscado, dentro das limitações da companhia atender todas as orientações dos órgãos internos e externos de controle, e convertê-las em ações que permitam a CODEG projetar uma companhia mais produtiva.

Nada mais havendo a ponderar, subscrevemos abaixo.

Guarapari/ES, 25 de março de 2025.

UBIRAJARA RIBEIRO
Diretora Presidente
CODEG 2025

JABES MIGUEL MORAES JUNIOR
Diretor Administrativo
CODEG 2025

**ANEXO A - ESCLARECIMENTO REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL
RGPS DIVERGENTE.**



COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI.
EXERCÍCIO: 2024
CRIAÇÃO: 03/2025

**DEMANDA: ESCLARECIMENTO REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL
RGPS DIVERGENTE.**

A Contribuição Patronal e sua Relevância

A contribuição patronal é um dos pilares fundamentais do sistema previdenciário brasileiro, representando a parcela dos encargos sociais que cabe aos empregadores para a manutenção do equilíbrio financeiro do regime previdenciário. Seu objetivo principal é assegurar o financiamento dos benefícios previdenciários, tais como aposentadorias, pensões e auxílios, garantindo que os trabalhadores possam usufruir de proteção social ao longo de suas vidas laborais.

A correta apuração e recolhimento da contribuição patronal são essenciais para o cumprimento das obrigações previdenciárias das entidades públicas e privadas. O não recolhimento ou a divergência nos valores podem acarretar penalidades, sanções administrativas e até comprometer a regularidade fiscal da organização. Assim, é de suma importância que os procedimentos de DP, contábeis e financeiros garantam a exatidão dos lançamentos e a devida conciliação dos dados, bem como seu recolhimento.

A metodologia principal é a aplicação de 20% sobre a folha de pagamento, que inclui todos os salários, adicionais e bônus oferecidos aos funcionários. O **GILRAT ajustado** integra o imposto patronal, pois considera a alíquota base (1% a 3%) multiplicada pelo **FAP (Fator Acidentário de Prevenção)**, que pode reduzir ou aumentar essa alíquota dependendo dos índices de acidentes da empresa. Se a empresa possui empregados em **atividades consideradas insalubres ou perigosas**, pode ser obrigada a pagar um adicional sobre o GILRAT. Esse adicional é chamado de **contribuição adicional para aposentadoria especial**, e as alíquotas são de 6%, 9% ou 12%.



Divergências Contábeis apontadas na CODEG

No caso específico da Companhia de Desenvolvimento de Guarapari (CODEG), verificou-se a existência de divergências nos valores informados na Prestação de Contas Mensais (PCM) Contábil em relação à Remessa de Folha de Pagamento, levantando questionamentos por parte do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

Para esclarecer a origem dessas discrepâncias e demonstrar as providências adotadas, apresentamos a seguir um detalhamento completo da questão.

1. Identificação da Causa das Divergências

No decorrer do envio das Remessas Mensais obrigatórias junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo pela CODEG, verificou-se que o sistema (SmarAPD) responsável pelo processamento da folha de pagamento apresentou inconsistências na transmissão dos dados relativos à Contribuição Patronal.

O sistema, ao consolidar as informações para a geração da Remessa Folha de Pagamento, não refletiu de maneira integral os valores exatos registrados e quitados no Fechamento da Folha Mensal, gerando assim divergências nos demonstrativos encaminhados ao TCEES.

A princípio a origem do problema foi atribuída a uma falha no módulo de exportação de dados do sistema de folha de pagamento SmarAPD para o CidadES, que, ao realizar a primeira transmissão, retornou com achados impeditivos. Em decorrência disso, a responsável pela remessa da folha de pagamento (CODEG) solicitou ao suporte técnico do sistema SmarAPD a devida solução para os erros identificados. O suporte técnico, por sua vez, efetuou as correções necessárias e, após as tratativas, a remessa da folha de pagamento foi devidamente aceita pelo CidadES.

Este processo se repetiu de forma idêntica nos meses de 2024, conforme descrito a seguir:

- 1ª transmissão da remessa da folha de pagamento ao CidadES → Retorno com achados impeditivos → Solicitação de tratativas junto ao suporte técnico do SmarAPD → Remessa da folha de pagamento aceita pelo sistema CidadES.



Após o recebimento por esta Companhia, de Termos de Ciência e Notificações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, os quais apontavam uma descompensação entre os valores contabilizados pela Codeg e aqueles apresentados no relatório da folha de pagamento em sua remessa mensal, especificamente em relação ao encargo da Contribuição Patronal, foi realizada uma diligência para identificar as causas que poderiam ter gerado tal desalinhamento. O objetivo foi investigar as falhas sistêmicas que ocasionaram discrepâncias na comparação dos relatórios mensais e na apuração final dos valores declarados ao Tribunal de Contas.

Após análise minuciosa da remessa da folha de pagamento aceita pelo sistema CidadES do TCEES, verificou-se que, dentro do relatório Extrato Consolidado da Folha de Pagamento, o valor referente ao recolhimento dos encargos da Contribuição Patronal estava divergente em relação ao relatório previamente enviado, no qual constaram as impositivas. Constatou-se, então, que o suporte técnico do sistema de folha de pagamento, ao realizar as tratativas das inconsistências apresentadas, procedeu com a edição manual do valor anteriormente registrado, alterando-o para um valor aleatório, chegando até mesmo a zerá-lo. Dessa forma, as remessas eram aceitas com os valores editados/alterados, sem a autorização ou ciência dos responsáveis pela folha de pagamento desta CIA, e sem qualquer esclarecimento por parte do suporte técnico da SmarAPD sobre as alterações realizadas.

A investigação das divergências identificadas nas remessas de folha de pagamentos enviadas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo revelou falhas significativas no processo de transmissão dos dados. A análise minuciosa evidenciou que as inconsistências no valor da Contribuição Patronal decorriam de alterações manuais realizadas pelo suporte técnico do sistema, sem a devida autorização ou ciência dos responsáveis pela folha de pagamento da CODEG. Tais modificações resultaram em discrepâncias entre os valores registrados no fechamento da folha mensal e aqueles enviados ao TCEES. A partir dessa identificação, é imperativo que medidas corretivas sejam implementadas, visando não apenas a restauração da integridade dos dados, mas também o aprimoramento dos procedimentos de comunicação e controle entre os envolvidos, a fim de garantir a conformidade e a transparência nas remessas futuras.



2. Procedimentos Adotados para Regularização

Diante da identificação da causa raiz das divergências, a CODEG adotou as seguintes providências:

1. **Revisão interna detalhada dos lançamentos:** Procedemos a uma análise minuciosa dos registros da Fopag mensalmente, verificando se os valores efetivamente pagos estavam em conformidade com as obrigações previdenciárias e fiscais da Companhia. Esta revisão confirmou que os recolhimentos foram realizados corretamente e que as obrigações foram cumpridas tempestivamente.
2. **Auditoria interna do sistema de folha de pagamento:** Em parceria com a equipe técnica responsável pelo sistema de folha de pagamento, realizamos um diagnóstico detalhado da falha sistêmica e identificamos que a discrepância ocorria no momento da exportação dos dados da Remessa Folha de Pagamento após as tratativas das impeditivas.
3. **Correção da falha:** Após a identificação do erro, a CODEG acionou a empresa responsável pelo software de folha de pagamento, a qual assegurou que, a partir de então, as informações processadas na remessa da folha de pagamento seriam integralmente compatíveis com os valores registrados no fechamento mensal da folha, sem qualquer alteração ou inserção de valores inconsistentes. A empresa se comprometeu a corrigir as falhas humanas e sistêmica, garantindo a precisão e a conformidade dos dados transmitidos, para evitar recorrência de discrepâncias nas futuras remessas ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
4. **Retificação das informações:** Informamos o TCEES, de forma preliminar, sobre a inconsistência detectada, detalhando a origem do problema e solicitando orientações sobre as medidas necessárias para retificar as informações enviadas de forma equivocada. Buscamos, assim, entendimento de quais os procedimentos adequados para corrigir as discrepâncias nos dados e garantir a conformidade das futuras remessas.
5. **Implementação de medidas preventivas:** Para evitar que inconsistências similares ocorram futuramente, foi instituído um procedimento de conciliação mensal, no qual as informações da Remessa Folha de Pagamento e do eSocial Web serão rigorosamente confrontadas antes do envio ao Tribunal de Contas,



assim como, após a Homologação no sistema CidadES. Bem como treinamento adequado aos responsáveis pelo envio das prestações de contas e Folha de pagamento.

6. **Monitoramento contínuo e auditorias periódicas:** Para fortalecer os mecanismos de controle interno, a CODEG implementará uma rotina de auditoria periódica das informações de folha de pagamento e suas interações com a contabilidade, garantindo que qualquer divergência seja identificada e corrigida.

3. Garantia de Regularidade dos Recolhimentos

Reforçamos que, apesar das divergências constatadas entre Remessa da Folha de Pagamento nos demonstrativos contábeis da PCM, a CODEG manteve a regularidade de todos os recolhimentos previdenciários e fiscais ao longo do exercício de 2024. Em nenhum momento houve inadimplência ou omissão na quitação das obrigações patronais, tendo sido todos os valores devidos recolhidos nos prazos regulamentares.

Para corroborar esta afirmação, anexamos a esta nota relatórios comparativos de valores, memória de cálculo, relatório detalhado com os valores corretos da , além dos comprovantes de pagamento das contribuições patronais realizadas em cada mês de 2024, acompanhado de registros de transmissão e recepção junto aos órgãos fiscalizadores competentes.

A CODEG continuará implementando medidas preventivas e corretivas para garantir que tais divergências não comprometam a fidelidade, regularidade e transparência dos processos futuros.

Sabrina de Oliveira Barros
ASSESSOR TECNICO SENIOR

gov.br
Documento assinado digitalmente
SABRINA DE OLIVEIRA BARROS
Data: 10/03/2025 14:05:21-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

LUANA FRAGA DUARTE
ASSESSOR TECNICO SENIOR

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUANA FRAGA DUARTE
Data: 10/03/2025 14:29:45-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

UBIRAJARA
RIBEIRO:90345
754700
Assinado de forma
digital por UBIRAJARA
RIBEIRO:90345754700
Data: 2025.03.25
14:34:40 -03'00'
UBIRAJARA RIBEIRO
DIRETOR PRESIDENTE



RELATÓRIOS COMPARATIVO

FOLHA DE PAGAMENTO ESOCIAL X REMESSA DE FOLHA DE PAGAMENTO CIDADES TCEES



QUADRO COMPARATIVO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

2024	ESOCIAL	Remessa Folha de pagamento CidadES	CP OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS
janeiro	R\$ 361.752,71	R\$ 0,00	R\$ 74.479,07
fevereiro	R\$ 369.926,07	R\$ 211,52	R\$ 76.163,39
março	R\$ 367.184,70	R\$ 319,86	R\$ 75.548,27
abril	R\$ 338.700,92	R\$ 431,22	R\$ 69.902,43
maio	R\$ 321.471,37	R\$ 552,85	R\$ 66.342,33
junho	R\$ 319.077,31	R\$ 221,39	R\$ 65.760,27
julho	R\$ 326.972,55	R\$ 271.195,09	R\$ 67.649,37
agosto	R\$ 327.995,36	R\$ 272.024,67	R\$ 67.506,94
setembro	R\$ 331.704,57	R\$ 273.991,32	R\$ 68.113,54
outubro	R\$ 332.339,22	R\$ 1.497,37	R\$ 68.548,39
novembro	R\$ 332.304,86	R\$ 274.377,15	R\$ 68.680,03
dezembro	R\$ 337.119,02	R\$ 277.699,27	R\$ 69.590,99
13*	R\$ 297.837,79	R\$ 244.887,56	R\$ 61.299,51
TOTAL	R\$ 4.364.386,45	R\$ 1.617.409,27	
DIFERENÇA ACUMULADA		R\$ 2.746.977,18	



MEMÓRIA DE CALCULO FOLHA DE PAGAMENTO E-SOCIAL

MES	CP PATRONAL EMPREGADOS /AVULSOS	CP PATRONAL CONTRIBUENTES INDIVIDUAIS	ADICIONAL GILRAT	GILRAT AJUSTADO	TOTAL
JANEIRO	256.824,42	828,00	64.278,38	39.821,91	361.752,71
FEVEREIRO	262.632,45	828,00	65.743,15	40.722,47	369.926,07
MARÇO	260.511,34	828,00	65.451,78	40.393,58	367.184,70
ABRIL	241.042,97	828,00	59.455,04	37.374,91	338.700,92
MAIO	228.766,72	828,00	56.405,23	35.471,42	321.471,37
JUNHO	226.759,65	828,00	56.329,45	35.160,21	319.077,31
JULHO	233.273,79	828,00	56.700,50	36.170,26	326.972,55
AGOSTO	232.782,64	828,00	58.290,61	36.094,11	327.995,36
SETEMBRO	234.874,37	828,00	59.583,76	36.418,44	331.704,57
OUTUBRO	236.373,85	828,00	58.486,43	36.650,94	332.339,22
NOVEMBRO	236.827,77	828,00	57.927,76	36.721,33	332.304,86
DEZEMBO	239.996,61	828,00	59.081,74	37.212,67	337.119,02
13º	211.377,71		53.684,91	32.775,17	297.837,79

FONTE: <https://www.esocial.gov.br/portal/folhapagamento/gestao/folha?id=29A4263C-E5EE-44B5-9D7D-B8C3E039A6C3>



LISTAGEM DE ARRECADAÇÕES

17/02/2025, 17:18

eCAC - Centro Virtual de Atendimento



Parâmetros Informados

CNPJ: 30.738.033/0001-02
Contribuinte: CIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO GUARAPARI
Data de Arrecadação: 01/01/2024 a 20/01/2025
Tipo do Documento: Todos
Código de Receita: 1410
Faixa de Valores: Todos

Observação: A relação abaixo não serve como comprovante de arrecadação.

Arrecadações Selecionadas

Tipo	Data de Arrecadação	Data de Vencimento	Período de Apuração	Código de Receita	Número do Documento	Valor Total
DARF	19/01/2024	19/01/2024	01/12/2023	1410	7162401233001730	631.510,27
DARF	20/02/2024	20/02/2024	01/01/2024	1410	7162403931540659	695.225,46
DARF	20/03/2024	20/03/2024	01/02/2024	1410	7162406861247472	726.532,63
DARF	19/04/2024	19/04/2024	01/03/2024	1410	7162410102812130	694.058,91
DARF	20/05/2024	20/05/2024	01/04/2024	1410	7162412985488417	623.210,73
DARF	20/06/2024	20/06/2024	01/05/2024	1410	7162416239557967	588.727,81
DARF	19/07/2024	19/07/2024	01/06/2024	1410	7162419129505584	585.750,99
DARF	20/08/2024	20/08/2024	01/07/2024	1410	7162422661228042	591.699,04
DARF	18/09/2024	20/09/2024	01/08/2024	1410	7162425478946394	612.019,21
DARF	18/10/2024	18/10/2024	01/09/2024	1410	7162428592043270	638.753,26
DARF	19/11/2024	19/11/2024	01/10/2024	1410	7162431711535988	625.903,10
DARF	20/12/2024	20/12/2024	01/11/2024	1410	7162434127060104	618.484,96
DARF	20/12/2024	20/12/2024	01/01/2024	1410	7162435263433705	450.026,12
DARF	20/01/2025	20/01/2025	01/12/2024	1410	7162500867906980	642.464,48

Rua Professor Cici Gaigher, nº 15 – Sol Nascente – Guarapari/ES – CEP: 29.210-442. Tel.: 27 3361-1167

E-mail: cpl@codeg.guarapari.es.gov.br Site <http://codeg.guarapari.es.gov.br/>

CNPJ 30.738.033/0001-02

7